

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 15/2017 DE 21 DE JULHO

Aos **vinte e um** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima quinta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 20 de julho de 2017, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. João Reis Paulo, Vereador em regime de Meio Tempo.-----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.^a Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia o Sr. Presidente foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Gozo de férias do Sr. Presidente.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação que estará em gozo de férias na próxima semana, de 24 a 28 de julho. -----

----- **b) Eventos culturais no âmbito da Programação Cultural Rede Viseu Dão Lafões, cofinanciado pelo CENTRO2020.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação que no âmbito do programa em epígrafe irão decorrer alguns eventos na área do Município, um espetáculo do Grupo ACERT

de Tondela no próximo dia 29 de julho, em Vila Nova de Paiva, um espetáculo do Grupo do Teatro Viriato de Viseu no próximo dia 4 de agosto, no Touro, e a exibição de cinema de rua pelo Cine-Teatro de Viseu no próximo dia 10 de agosto, em Vila Nova de Paiva no Anfiteatro ao ar livre da Praça do Município. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia sete de julho de 2017** aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia 07 de julho de 2017.-----

----- A Sr.^a Vereadora substituta Liliana Soares não participou na votação da ata dado não ter estado presente naquela reunião. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Execução da obra de “Requalificação da Escola EB 1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva ” – Procedimento de concurso público** – Nova ratificação das peças do procedimento - Nova alteração do Projeto Elétrico – Nova alteração do preço-base – Nova prorrogação do prazo de apresentação das propostas – Proposta de ratificação do Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 19 de julho de 2017. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta datada de 18 de julho de 2017, do Júri do Concurso, do seguinte teor integral, que foi objeto de despacho do Sr. Presidente da Câmara em 19 de julho: -----

“Considerando que:

a) O procedimento de concurso público para execução da Empreitada da obra de “Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva”, foi aberto pelo Anúncio de Procedimento nº 4.203/2017 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 99, de 23 de Maio de 2017, na sequência da decisão de contratar e escolha do procedimento tomada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 19 de Maio de 2017, tendo sido fixado o preço base em € 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros), para um prazo de execução de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, decorrendo a tramitação

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

procedimental do concurso na plataforma eletrónica de compras públicas acinGov com a Referência 295;

b) Por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 06/07/2017, ratificado pela Câmara Municipal em reunião camarária de 07/07/2017, foi decidido:

b1) Aprovar parcialmente as listas de erros e omissões do caderno de encargos apresentadas pelos interessados;

b2) - Aprovar o novo projeto elétrico retificado, com substituição do PT inicialmente previsto por cabine baixa;

b3) - Aprovar o Mapa de Quantidades Final, com incorporação dos erros e omissões aceites;

b4) - Aprovar o novo Preço Base do Procedimento, no valor de € 1.405.000,00 (um milhão e quatrocentos e cinco mil euros);

b5) - Aprovar a prorrogação do prazo de apresentação de propostas, até às 23:59 horas do dia 31/07/2017;

c) Na sequência do referido Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 06/07/2017, foi publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 130, de 7 de julho de 2017, o Aviso de Prorrogação do Prazo nº 1035/2017, com informação da alteração do preço base do procedimento para € 1.405.000,00 (um milhão e quatrocentos e cinco mil euros).

d) Posteriormente, em 17/07/2017, a Equipa Projetista enviou nova retificação do projeto elétrico, com nova retificação do Posto de Transformação de Energia Eléctrica (PT), a fim de dar cumprimento a exigências da EDP, alterando para “posto de transformação do tipo cabine baixa, monobloco do tipo KIOBET-EHM36-4T1E pré-fabricado, ou equivalente, homologado, equipado com transformador de 200 KVA - 30KV”.

e) Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), quando as rectificações referidas no artigo 50.º do mesmo Código, independentemente do momento da sua comunicação implicarem alterações de aspectos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das rectificações;

f) De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, as decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento

e notificadas a todos os concorrentes que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 131.º, no n.º 1 do artigo 167.º, no artigo 197.º e no artigo 208.º:

Face ao exposto, o Júri do Procedimento propõe ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o seguinte:

- Que excecionalmente, dada a urgência da tomada de decisão, que ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, decida o que a seguir se indica, devendo tais decisões serem sujeitas a ratificação da Câmara Municipal em próxima reunião camarária:

1 - Aprovar a nova retificação do projeto elétrico enviado pela Equipa Projetista, com alteração do PT anteriormente previsto, em cumprimento de exigências da EDP.

2 - Aprovar o novo Mapa de Quantidades Final, com retificação da descrição do artigo n.º 21.3.9, referente ao PT, e com incorporação dos erros e omissões aceites já anteriormente aceites;

3 - Aprovar o novo Preço Base do Procedimento, no valor de € 1.440.500,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil e quinhentos euros).

4 - Aprovar nova prorrogação do prazo de apresentação de propostas, até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data de publicação da respetiva Declaração de Retificação em Diário da República, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 64.º do CCP.

5 - Mandar publicar Declaração de Retificação de Anúncio em Diário da República, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 64.º do CCP.”

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a Proposta do Júri acima transcrita.-----*

*----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----*

*----- **a) Recrutamento de seis trabalhadores com a categoria de técnicos superiores** para o preenchimento de seis postos de trabalho mediante a constituição de vínculo de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, em regime de trabalho a tempo parcial, afetos aos serviços da Unidade Social e Cultural (USC) – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 14 de janeiro de 2017. -----*

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara do seguinte teor integral: -----

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

“Considerando que:

1. No Mapa de Pessoal em vigor para o ano de 2017, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária que teve lugar no dia 29 de novembro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária de 28 de outubro de 2016, estão previstos e ainda não ocupados, seis postos de trabalho afetos à Unidade Social e Cultural (USC) para desempenho de funções equiparadas à da categoria de Técnico Superior, da carreira geral de técnico superior, sendo quatro das áreas de desporto e ou educação física e dois da área de inglês, na modalidade de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, em regime de trabalho a tempo parcial, com a duração de um ano, eventualmente renovável nos termos e nos limites legais em vigor, ao abrigo do artigo 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, mediante recrutamento através de procedimento concursal de acordo com o disposto nos artigos 33.º, n.º 2, e 56.º, n.º 5, da LTFP, que obedecerá à tramitação prevista na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na versão alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.

2. O período normal de trabalho semanal, conforme necessidades manifestadas na Informação n.º 71/USC/17, de 30 de junho, do Chefe da Unidade Social e Cultural, é o seguinte:

2.1. Áreas de desporto e ou educação física: de segunda a sexta-feira, um técnico superior com 26 horas semanais, um técnico superior com 24 horas semanais e dois técnicos superiores com 22 horas semanais.

2.2. Área de inglês: de segunda a sexta-feira, dois técnicos superiores com 22 horas semanais.

3. Local de trabalho: instalações desportivas municipais, e outras instalações em que se desenvolvam programas ou iniciativas que o Município venha a promover e ou apoiar no âmbito das suas atribuições e interesses, e serviços da Unidade Social e Cultural (USC) da Câmara Municipal, cujas atribuições genéricas estão descritas no artigo 19.º da Estrutura Orgânica aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013.

4. Funções a desempenhar: as correspondentes à caracterização funcional da carreira geral de técnico superior constante no Anexo à LTFP, com grau de complexidade funcional 3, e ainda as funções inseridas nos seguintes domínios de atividade:

4.1. Técnicos superiores das áreas de desporto e ou educação física: monitorar atividades nas Piscinas Municipais, no Pavilhão Desportivo Municipal e no Estádio Municipal da Pedralva, e em programas e ou iniciativas que o Município venha a promover e ou apoiar no âmbito das suas atribuições e interesses, nomeadamente no âmbito do Programa de Atividade Sénior, Circuito Municipal das Escolas de Natação, Torneio “Afonso Saldanha”, Férias Desportivas para crianças e jovens “All In”, e nas atividades de animação e de apoio às famílias (AAAF) no âmbito da educação pré-escolar e apoio nas componentes de apoio à família (CAF) no âmbito do 1.º CEB, e ainda, em relação a dois dos postos de trabalho, a atividades de nadador-salvador, por força do estatuído na alínea a) do n.º 3, e n.º 4, do art.º 31.º do Regulamento da Atividade de Nadador-Salvador aprovado em Anexo à Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, face à dimensão das piscinas municipais.

4.2. Técnicos superiores da área de inglês: monitorar atividades nas áreas de inglês e de expressões, em programas e ou iniciativas que o Município venha a promover ou apoiar no âmbito das suas atribuições e interesses, nomeadamente no âmbito do Programa de Atividade Sénior, Férias Desportivas para crianças e jovens “All In”, e nas atividades de animação e de apoio às famílias (AAAF) no âmbito da educação pré-escolar e apoio nas componentes de apoio à família (CAF) no âmbito do 1.º CEB.

5. Para efeitos do estipulado nos artigos 4.º, n.º 1, e 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, conjugados com o artigo 3.º, n.º 1, do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público (doravante RVP) aprovado em Anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, não estão constituídas reservas de recrutamento neste Município, nem pode ser efetuada consulta à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA)/Entidade Gestora da Valorização Profissional (EGVP), por ter sido considerada temporariamente dispensada tal consulta, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento nos termos do artigo 41.º e seguintes da referida portaria.

6. Para efeitos de abertura de procedimento concursal não há lugar a procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional a que se refere o artigo 34.º, n.º 1, do RVP, dado ainda não ter sido publicada a portaria governamental reguladora do procedimento prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

7. No ano de 2017 os municípios que, em 31 de dezembro de 2016, não se encontravam na situação prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (situação de saneamento financeiro ou de rutura financeira), podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado ou a termo resolutivo, como resulta da interpretação “a contrario sensu” do n.º 1 do artigo 48.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

8. Não há lugar a negociação salarial a que se refere o artigo 38.º, n.º 1, da LTFP, sendo a retribuição base e outras prestações dos trabalhadores recrutados, determinada em proporção do respetivo período normal de trabalho semanal em vigor de trinta e cinco horas semanais, conforme artigo 154.º, n.º 3, alínea a), do Código do Trabalho, com base no montante pecuniário correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15, da categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior, de acordo com o n.º 7 do artigo 38.º da LTFP, atualmente no valor de € 1.201,48 conforme Anexo I ao Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, conjugado com a tabela remuneratória única publicada em Anexo à Portaria n.º 1.553-C/2008, de 31 de Dezembro.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, ao abrigo da aplicação conjugada do disposto nos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, por interpretação “a contrario sensu” do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro:

1.º) Reconhecer a necessidade do recrutamento de seis técnicos superiores nos termos acima expostos, para o preenchimento de seis postos de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal em vigor, por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, em regime de trabalho a tempo parcial, afetos aos serviços da Unidade Social e Cultural (USC), com fundamento no artigo 57.º, n.º 1, alínea h), da LTFP, dado não haver disponibilidade de trabalhadores nos serviços com vínculo de emprego público por tempo indeterminado para o exercício das funções em causa.

2.º) Autorizar o recrutamento dos seis técnicos superiores ao abrigo do artigo 30.º, n.º 4, da LTFP, na redação da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, a ele podendo concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal de acordo com o disposto no artigo 56.º, n.º 5, da LTFP, que

obedecerá à tramitação prevista na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na versão alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.”

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira fez uma intervenção, dando conta da preocupação com outras situações existentes, como é o caso dos sapadores florestais. -

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, acima transcrita, e autorizar a abertura do procedimento concursal. -----

----- **b) Amândio João Pires de Moraes, na qualidade de sócio-gerente da firma EUROGUANO, Lda, NIF 507 452 313, com sede no Touro** – Por requerimento registado nesta Câmara Municipal em 3 de julho de 2017, requer a cedência de uma parcela de terreno com área de 2.500 m² no terreno municipal destinado a espaço industrial sito ao Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, para a construção de pavilhão para armazenamento e comercialização de produtos ligados ao setor avícola, nomeadamente estilha, paletes e bagaço, criando dois postos de trabalho. -----

----- O Sr. Presidente informou que o Município é dono e legítimo proprietário no espaço industrial do Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, de um terreno com a área de dezassete mil e seiscentos e setenta metros quadrados, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 1716, e descrito na CRP de Vila Nova de Paiva sob o n.º 3386, desde 21 de janeiro de 2015, pelo que propõe a atribuição da parcela de terreno solicitada, a caracterizar em projeto de loteamento que se encontra em elaboração, sendo oportunamente aprovado e efetuadas as necessárias inscrições matriciais e registrais, com sequente celebração de contrato de compra e venda. Mais propõe que, por analogia, seja fixado o preço de venda correspondente ao constante no Regulamento Municipal de Venda e Aquisição de Terrenos do Loteamento Industrial de Vila Nova de Paiva aprovado pelo Edital n.º 378/99 publicado no Apêndice n.º 141/99 à 2.ª Série do Diário da República n.º 264, de 12 de Novembro de 1999, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas deliberações da Câmara Municipal de treze de Outubro de dois mil e três e de dezasseis de Agosto de dois mil e seis. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o proposto pelo Sr. Presidente. -----

----- **c) Amândio João Pires de Moraes, na qualidade de sócio-gerente da firma PARTÍCULA PODEROSA, Lda, NIF 514 143 460, com sede em Miranda do Corvo** – Por requerimento registado nesta Câmara municipal em 3 de julho de 2017,

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

pretendendo mudar as instalações e sede da empresa para o Município de Vila Nova de Paiva, requer a cedência de uma parcela de terreno com área de 10.000 m² no terreno municipal destinado a espaço industrial sito ao Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, para construção de uma unidade industrial de produção de novos produtos com aproveitamento dos resíduos florestais da região, nomeadamente carvão e paletes, criando vinte postos de trabalho. -----

----- O Sr. Presidente informou que o Município é dono e legítimo proprietário no espaço industrial do Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, de um terreno com a área de dezassete mil e seiscentos e setenta metros quadrados, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 1716, e descrito na CRP de Vila Nova de Paiva sob o n.º 3386, desde 21 de janeiro de 2015, pelo que propõe a atribuição da parcela de terreno solicitada, a caracterizar em projeto de loteamento que se encontra em elaboração, sendo oportunamente aprovado e efetuadas as necessárias inscrições matriciais e registrais, com sequente celebração de contrato de compra e venda. Mais propõe que, por analogia, seja fixado o preço de venda correspondente ao constante no Regulamento Municipal de Venda e Aquisição de Terrenos do Loteamento Industrial de Vila Nova de Paiva aprovado pelo Edital n.º 378/99 publicado no Apêndice n.º 141/99 à 2.ª Série do Diário da República n.º 264, de 12 de Novembro de 1999, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas deliberações da Câmara Municipal de treze de Outubro de dois mil e três e de dezasseis de Agosto de dois mil e seis. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o proposto pelo Sr. Presidente. -----

----- **d) José Manuel Pais Rodrigues, na qualidade de Presidente da Direção do Clube de Caça e Pesca de Fravegas, NIF 510 178 197, com sede na povoação de Fráguas, deste Município** – Por requerimento registado em 14 de julho de 2017 requerer um apoio pecuniário no montante de trezentos euros para custear as despesas com a realização do Festival da Truta que teve lugar recentemente na Praia Fluvial de Fráguas – Atribuição do apoio pecuniário por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de julho de 2017, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Proposta de ratificação do Despacho.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **e) Cláudia Isabel Rochinha Sá Gomes, de Vila Nova de Paiva-** Por requerimento registado em 26 de junho de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à

natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 10 de junho de 2017, de segundo descendente, Miguel Luís Sá Gomes Coutinho – Informação N.º 70-USC-17 de 30 de junho de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **f) Ana Maria Batista Silva, de Meieiras, Vila Cova à Coelheira-** Por requerimento registado em 26 de junho de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 04 de maio de 2017, de primeiro descendente, Ana Patrícia Batista Leitão – Informação N.º 69-USC-17 de 30 de junho de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC).

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **g) Patrícia Ribeiro Lino Afonso, de Vila Nova de Paiva-** Por requerimento registado em 26 de junho de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 06 de junho de 2017, de terceiro descendente, José Francisco Lino Afonso – Informação N.º 72-USC-17 de 30 de junho de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil e quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **h) Ana Isabel Silva Gonçalves, Pendilhe -** Por requerimento registado em 27 de junho de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 15 de abril de 2017, de segundo descendente, José Gonçalves Rodrigues – Informação N.º 73-USC-17 de 30 de junho de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **i) Alienação de três prédios urbanos municipais por Procedimento de Hasta Pública** – Aprovação do Programa do Procedimento e do respetivo Anúncio – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 17 de julho de 2017. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara do seguinte teor integral: -----

Considerando que:

1. A Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o poder de as autarquias locais disporem de património e finanças próprios, incluindo as receitas próprias das autarquias locais, obrigatoriamente, as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços (art.º 238.º, n.ºs 1 e 3).

2. A autonomia financeira das autarquias locais assenta, designadamente, no poder que os seus órgãos têm de gerir o seu próprio património, bem como aquele que lhes seja afeto (art.º 6.º, n.º 2, alínea b), do regime financeiro das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

3. O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas, veio estabelecer o regime jurídico do património imobiliário público, estabelecendo as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, e tão-somente o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos, nada sendo estipulado para a administração autárquica no que diz respeito à gestão dos imóveis do domínio privado das autarquias locais, nomeadamente relativamente à sua venda (artigos 77.º a 106.º).

4. De qualquer modo as entidades abrangidas por aquele regime jurídico devem observar os princípios gerais da atividade administrativa na gestão do respetivo património imobiliário, designadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé (art.º 2.º).

5. Não regulando aquele diploma a venda de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais, nem existindo no ordenamento jurídico qualquer outra legislação específica sobre a matéria, é o regime jurídico das autarquias locais aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, e que define o quadro das atribuições e competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, que estipula nos seus artigos 25.º, n.º 1, alínea i), e

33.º, n.º 1, alíneas g) e h), as regras gerais sobre a alienação de bens imóveis da competência, respetivamente, da assembleia municipal e da câmara municipal.

6. Dos citados normativos legais resulta a competência própria da câmara municipal para alienar onerosamente bens imóveis em duas situações:

a) Até ao valor definido na lei – atualmente até ao valor de € 530.000,00 – sem que neste caso esteja obrigada a adotar o procedimento de hasta pública; e

b) Acima desse valor, desde que adote o procedimento de hasta pública e se cumpram os requisitos enunciados: a alienação decorra da execução das opções do plano e a deliberação da câmara seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em funções.

7. Não se verificando tais requisitos, a alienação de bens imóveis pela câmara municipal, a partir do referido montante, depende obrigatoriamente de autorização da assembleia municipal, cabendo a este órgão fixar as respetivas condições gerais, nomeadamente a adoção do procedimento de hasta pública, sendo certo que estas regras, embora não se reportem especificamente à dominialidade dos bens, deverão ser apenas objeto de aplicação aos bens imóveis do domínio privado das autarquias locais, já que os do domínio público se caracterizam pelo princípio da inalienabilidade, isto é, estão fora do comércio jurídico.

8. Cumpre ainda referir que o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, não é aplicável aos contratos de compra e venda, de doação, de permuta e de arrendamento de bens imóveis ou contratos similares, pois estes contratos foram excluídos do seu âmbito (cf. art.º 4.º, n.º 2, alínea c), do CCP).

9. Pese embora o já referido facto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, não ser aplicável aos bens imóveis de domínio privado das autarquias locais, as disposições constantes no seu Capítulo III (Domínio privado) podem eventualmente ser adotadas de forma supletiva, dada a pertinência de algumas disposições, nomeadamente as respeitantes à venda de bens imóveis do domínio privado, ao dispor que:

a) Podem ser vendidos os imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente (n.º 1 do art.º 77.º);

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

b) A venda de imóveis é precedida do procedimento de avaliação previsto nos artigos 108.º e seguintes, e é realizada por hasta pública, por negociação, com publicação prévia de anúncio, ou por ajuste direto (art.º 79.º e n.º 1 do art.º 80.º).

10. Na alienação de bens imóveis de domínio privado, as autarquias locais estão também sujeitas aos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé, conforme artigos 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

11. O Município de Vila Nova de Paiva possui vários imóveis que integram o seu domínio privado composto por edificações que se estão a degradar e a necessitarem de obras de conservação, cuja propriedade já não é necessária para a prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não é conveniente, como é o caso de três imóveis anteriormente destinados a escolas primárias e desativados das suas funcionalidades há já vários anos, que a seguir se identificam, cujos processos de regularização registral se encontram em curso:

➔ IMÓVEL I: Prédio urbano anteriormente destinado a escola primária, composto de rés-do-chão, construído em alvenaria de pedra, sito ao Lugar da Cela, na povoação e freguesia da Queiriga, com área total do terreno de 1.209 m2, sendo a área coberta de 87 m2, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 978, e omissa na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva;

➔ IMÓVEL II: Prédio urbano anteriormente destinado a escola primária, composto de rés-do-chão, construído em alvenaria de bloco e reboco, sito ao Lugar de Vidoinho, na povoação e freguesia do Touro, com área total do terreno de 1.546 m2, sendo a área coberta de 100 m2, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 772, e omissa na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva;

➔ IMÓVEL III: Prédio urbano anteriormente destinado a escola primária, composto de rés-do-chão, construído em alvenaria de pedra, sito ao Lugar de Adomingueiros, na povoação e freguesia do Touro, com área total do terreno de 1.170 m2, sendo a área coberta medida de 86 m2, inscrito na matriz predial urbana da respetiva freguesia sob o artigo 774, e omissa na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva.

12. Admitindo que os valores patrimoniais tributários constantes das respetivas cadernetas prediais urbanas correspondem, em regra, a oitenta e cinco por cento do

valor de mercado dos imóveis, então os preços base de licitação julga-se poderem corresponder aos valores de mercado obtidos a partir dos valores patrimoniais tributários, com arredondamento à centena de euros imediatamente superior, e que a seguir se apresentam:

- IMÓVEL I – € 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos euros);*
- IMÓVEL II – € 23.100,00 (vinte e três mil e cem euros);*
- IMÓVEL III – € 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos euros).*

13. De referir que na hasta pública autorizada pela Câmara Municipal por deliberação tomada na sua reunião extraordinária que teve lugar no dia 28 de outubro de 2016, cujo prazo de apresentação de propostas decorreu até ao dia 25 de novembro de 2016, já constavam os imóveis identificados nos números anteriores mas para os quais não foram, no entanto, apresentadas quaisquer propostas, conforme Auto de Arrematação da respetiva sessão pública datado de 5 de dezembro de 2016.

14. Nesta conformidade, julga-se ser de proceder à venda daqueles imóveis mediante novo procedimento de hasta pública por proposta em carta fechada, sem licitação em praça, sendo os imóveis adjudicados a quem apresente proposta de preço superior aos respetivos preços base de licitação.

15. Importa também para efeitos de edificação nos imóveis alienados, que os titulares dos imóveis vendidos, sem prejuízo da aplicação das disposições regulamentares em vigor e dos mecanismos de controlo prévio previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE), possam realizar nos mesmos operações de loteamento e ou operações urbanísticas com vista à edificação de imóvel ou imóveis destinados a utilização humana, desde que compatíveis com os usos e índices de construção previstos no Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva em vigor.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere como segue ao abrigo da alínea g), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas:

1.º) Autorizar a venda dos três imóveis acima identificados, cuja propriedade não é necessária para a prossecução de fins de interesse público do Município, e cuja manutenção na sua propriedade não é conveniente, dado estarem a degradar-se e a necessitarem de obras de conservação significativas.

2.º) Autorizar que a venda dos imóveis seja efetuada mediante procedimento de hasta pública, por proposta em carta fechada, sem licitação em praça, fixando como

Ata N.º	15/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

preço base de licitação os valores acima indicados, sendo os imóveis adjudicados a quem apresentar a maior proposta de preço superior ao respetivo preço base de licitação.

3.º) Aprovar o Programa do Procedimento da Hasta Pública e Anúncio do procedimento anexos à presente proposta.

4.º) Designar a Comissão de Acompanhamento da Hasta Pública prevista no Programa do Procedimento, constituída pelos seguintes funcionários municipais:

– Presidente: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF);

– Vogais Efetivos: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).

– Vogais Suplentes: Dr. Paulo Jorge Mota da Silva, Técnico Superior da Divisão de Administração e Finanças (DAF) e Sr. João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). ”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a abertura de procedimento de hasta pública, fixando-se o prazo de apresentação de propostas até ao dia dezoito de agosto de 2017. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e quinze minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----
